

A HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA*

DIRCE DE MORAES GREGO**

ÂNGELO PRIORI***

RESUMO

Este artigo teve por objetivo atender a exigência da Lei Estadual nº 13.381 de 18 de dezembro de 2001, que torna obrigatório o estudo de conteúdos da disciplina de História do Paraná, no âmbito curricular das escolas da Rede Pública Estadual. O estudo de caráter qualitativo do tipo descritivo foi desenvolvido por meio de revisão de literatura de historiadores que discutem a importância da história local, como metodologia de ensino, e autores que abordam algumas mudanças ocorridas com o processo de modernização agrícola no Brasil desde 1970, seus reflexos na mesorregião noroeste do Paraná e no município de Tapejara. Por fim, foram aplicadas aulas sobre o tema em estudo, com alunos jovens e adultos do ensino fundamental, cuja abordagem, baseou-se nos pressupostos da teoria histórico-crítica. O estudo indica que a história local contribui para o rompimento do ensino tradicional da disciplina, isso foi comprovado por meio de narrativas históricas produzidas pelos discentes, ao final do trabalho.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar. História local. Modernização Agrícola. Tapejara.

ABSTRACT

This article had as goal to comply with the requirement of the State Law nº 13,381 of 18th December 2001, that makes obligatory the study of disciplines about Paraná History in the curricular programme of the Public School System. The study, of qualitative character and descriptive type, was developed by revising the literature of historians who discuss the importance of local history as methodology of education, and authors who discuss some changes occurred with the process of agricultural modernization in Brazil since 1970 and its consequences in the northwest mid region of Paraná and in the city of Tapejara. Finally, lessons on the subject of study were given to adults and young pupils of basic education, which had an approach based in the principles of the description-critical theory. The study indicates that local history contributed for the disruption of the traditional education of discipline, this was proven by the historical narratives done by the teachers in the end of the work.

Word-key: Sugar cane-of-sugar. Local History. Agricultural modernization. Tapejara.

1.0 INTRODUÇÃO

As reflexões presentes neste artigo foram feitas a fim de discutir uma metodologia de ensino de História, para os anos finais do Ensino Fundamental, baseada na história local, que está proposto nas Diretrizes Curriculares de História para a rede pública da educação básica do Estado do Paraná (2008).

Com os subsídios teóricos e metodológicos propostos objetivamos repensar a prática pedagógica, para que essa possibilite romper com um conceito de ensino de História tradicional, em que a tendência da produção didática visa privilegiar a História mundial, em detrimento, da História local e nacional.

Assim, ao abordar uma metodologia cuja abordagem parte da história local, possibilitamos dar significado ao ensino de História, tornando a disciplina mais prazerosa e produtiva para o aluno. Além disso, a proposta atende à Lei n. 13.381/01, a qual torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, o trabalho com os conteúdos de História do Paraná.

Partindo destas reflexões iniciais, optamos pelo estudo sobre o impacto socioeconômico da modernização agrícola no município de Tapejara- Pr. Para tanto, escolhemos realizar um recorte à partir da década de 70, para evidenciar como este fenômeno ocasionou transformações significativas no campo. Pela abrangência do tema, privilegiamos focalizar as consequências, em relação à concentração de terras, decorrentes desse processo.

Dessa forma, procuraremos, num primeiro momento, fazer alguns apontamentos sobre a abordagem de ensino de História, que prioriza o local e o regional. Em seguida, analisaremos algumas razões e efeitos sociais do processo de modernização do campo a nível nacional e regional. Por fim, apresentaremos de forma sucinta o resultado da implementação na escola.

^{1*} Artigo científico apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional 2008/2009.

^{**} Professora do Programa de Desenvolvimento Educacional 2008/2009. E-mail: <dircegrego@hotmail.com>.

^{***} Orientador do Programa de Desenvolvimento Educacional e Professor Doutor do Departamento do Programa de Pós-Graduação em História e no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: angelopriori@uem.br.

2.0 ORIGEM DA QUESTÃO: ENTRE À TRADIÇÃO E O MODERNO

2.1 História Local e Regional

A história local é aqui discutida como possibilidade de escrita da história no âmbito da historiografia, que trabalha uma realidade muito próxima do aluno tornando-o capaz de sentir-se sujeito histórico.

Para Bittencourt, a história local ajuda na construção da identidade dos alunos, dessa forma ressalta:

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência --- escola, casa, comunidade, trabalho e lazer-, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITTENCOURT, 2004, p. 168).

Aprender História nesta perspectiva, contribui para que o ensino dessa disciplina se configure em habilidade, para o indivíduo se orientar na vida e formar uma identidade histórica coerente e segura. Jörn Rüsen (2007), afirma que os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente.

São muitos os desafios para trabalhar com a história local. Em primeiro lugar, existe o preconceito de que a história local seja menos importante do que a nacional ou mundial. Nas raras vezes em que ocorrem os estudos locais, cultua-se o apontamento de heróis que colonizaram a região. São poucos os trabalhos, onde a pesquisa inicia-se pelo município, articulando-se com realidades maiores. É como se a realidade próxima do aluno não tivesse importância ou não fizesse parte de uma realidade mais ampla. Fonseca (2003), em uma pesquisa realizada nas séries iniciais sobre a concretização do processo de ensino sobre o local e regional evidenciou as seguintes dificuldades:

- a fragmentação rígida dos espaços e temas estudados, não possibilitando que os alunos estabeleçam relações entre os vários níveis e dimensões históricas do tema. O bairro, a cidade, o estado são vistos como estanques, dissociados do resto do país ou do mundo;
- a naturalização e a ideologia da vida social e política. O homem aparece como elemento da população ou membro de uma comunidade abstrata. O conceito de comunidade, por exemplo, é amplamente

- utilizado para mascarar a divisão social, a luta de classes e as relações de poder e dominação que permeiam os grupos locais;
- o espaço reservado ao estudo dos chamados aspectos políticos. Ressaltam-se, por exemplo, “a origem e a evolução do município e do estado”, “os vultos que contribuíram para o progresso da cidade , da região”. Nessa perspectiva, o bairro, o município, o estado ou a região têm um destino linear, evolutivo, pautado pela lógica dos vultos, dos heróis, figuras políticas, pertencentes às elites locais ou regionais que fizeram o progresso da região;
 - as fontes de estudo, os documentos disponíveis aos professores em geral, são constituídos de dados, textos, encartes, materiais produzidos pelas prefeituras, pelos órgãos administrativos locais, com o objetivo de difundir a imagem do grupo detentor do poder político ou econômico. Assim, professores e alunos, muitas vezes, têm como única fonte de estudo, evidências que visam à preservação da memória de grupos da elite local (FONSECA, 1992, p. 46-47 apud FONSECA, 2003, p. 154-155).

A dificuldade de encontrar fontes de pesquisa sobre o local é mais evidente, principalmente, em municípios de pequeno porte, onde não existe uma consciência na preservação de acervos municipais. Os poucos registros que existem não estão à disposição da comunidade. Priori (1994) afirma que, com raras exceções, encontramos arquivos estruturados, documentos organizados ou catalogados. Na maioria das vezes, o historiador tem que organizar o material de pesquisa, ou em alguns casos, as fontes encontradas não são suficientes para responder a problematização proposta. Neste caso o pesquisador pode optar por fontes orais.

Schimitt e Cainelli (2004) destacam que o trabalho com a oralidade consiste numa fonte diferenciada para captação de informações, a qual está muito relacionada com o estudo da história local. No entanto, a prática com este tipo de fonte merece alguns cuidados, para não comprometer a cientificidade do trabalho:

Os resultados obtidos com o uso da história oral não devem ser considerados como verdades absolutas, mas um outro olhar para o fato histórico. Isto se deve principalmente por ter como objeto de estudo a memória, sendo essa seletiva e variável em cada indivíduo. O registro da memória nos remete a tudo aquilo que o indivíduo guarda em suas lembranças, muitas vezes o que é significativo para uns pode não ser para outros (VOLPATO *et al.*, 2005, p. 102).

O historiador tem liberdade para fazer suas pesquisas, direcionando-as de forma que melhor solucionem sua problematização. As fontes orais podem auxiliar muito seu trabalho, desde que o pesquisador faça uma análise crítica das hipóteses levantadas para dar credibilidade à mesma. As autoras destacam que o trabalho

com a história oral é uma maneira de não se prender tanto à história oficial e dar voz às memórias de quem vivenciou no seu dia-a-dia e normalmente ficam esquecidas.

Segundo Piori (1994), o historiador somente será capaz de formular questões a partir do seu talento intelectual, da sua cultura histórica. Cultura histórica que também é construção. Assim, podemos analisar que o historiador deve ser antes de tudo, um pesquisador, para então, organizar as hipóteses e reflexões, alcançando com competência a produção do saber histórico. Nesse sentido, o professor reflexivo precisa conhecer os limites de uma pesquisa, para buscar soluções que melhor respondam suas problematizações.

Outra dificuldade em que se deparam muitos pesquisadores da história local, diz respeito a sua conceituação, conforme Gonçalves:

A idéia de local tem um conteúdo tão vago e, paradoxalmente, tão consensual que é difícil achar manuais de teorias e métodos, enciclopédias e vocabulários que sequer toquem nela. Fica-se a impressão que todo mundo sabe do que se trata, não sendo necessário complicar as coisas com questões formais (GONÇALVES, 2005, p 45).

Some aos fatores citados, a formação acadêmica de muitos professores de História, que carregam em sua formação conservadora, uma postura de ensino tradicionalista e positivista, em que onde os alunos são reprodutores do conhecimento. A História da Europa é priorizada nos currículos e a história nacional fica sempre, no segundo plano. O trabalho com história local exige do professor, que retome as pesquisas como ponto de partida para o seu trabalho. Primeiramente, conceituando para descobrir o processo pedagógico, que melhor possibilite a compreensão da realidade e a sua importância, num contexto mais abrangente:

Pois a história local não deve ser tratada apenas como um conteúdo a ser ensinado, mas constituir-se em uma estratégia pedagógica, que trate metodologicamente os conteúdos a partir da realidade (HORN, GERMINARI, 2006, p 120).

Para Piori (1994), só é possível conceber uma história regional, se realizarmos um recorte espacial inserido numa temporalidade determinada. Entendemos que é essencial demarcar, tempo e espaço, para iniciar um trabalho com história local. O autor ainda evidencia, a necessidade de compreender algumas características, que delimitam o espaço:

- a) Fronteira político-administrativas: são as fronteiras espaciais – país, estado, município – onde acontece o processo histórico. Um exemplo significativo foi a divisão do território nacional em meso e micro regiões, realizados pelo IBGE, para a coleta de dados estatísticos. Muitos economistas, geógrafos, planejadores, inclusive historiadores, têm-se utilizado desta divisão para delimitar uma região;
- b) Critérios econômicos: são os casos das regiões onde predominam uma determinada cultura agrícola, ou seja, as zonas canavieiras, cafeeiras, algodozeiras, mineradoras, de pecuárias, etc...;
- c) Base físico-climática: são as regiões de terras férteis, áridas, semi-áridas, desérticas, etc... Neste caso, parte-se do princípio da fertilidade da terra ou das intempéries climáticas para delimitar uma região;
- d) Características vegetativas: são as regiões de brejo, sertão, litoral, agreste pantanal, Amazônia, serra Atlântica, serra do mar, etc... Neste tipo de delimitação, a vegetação é o sujeito de construção da região;
- e) Distribuição demográfica: neste caso, as regiões são delimitadas conforme o fluxo populacional: êxodo rural, superpopulação, vazios populacionais, etc... (PRIORI, 1994, p. 182).

Estas características podem auxiliar o historiador, dependendo do foco de sua pesquisa, pois como ainda afirma o autor, não resolvem o problema da delimitação do espaço de uma região. Assim:

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, é importante destacar, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar (BARROS, 2004, p. 152).

De forma didática, Priori (1994) sugere uma organização sistemática para auxiliar o trabalho de pesquisa de história local:

Embora os documentos sejam o filão do historiador, o motor que impulsiona o avanço da pesquisa histórica é o problema. As fontes são os aditivos que alimentam este impulso. Ao formular a sua problemática, o historiador prepara todo um dossiê documental visando dar credibilidade às questões da pesquisa (PRIORI, 1994, p 185).

Enfatizando a abordagem de Priori, Horn *et al.* (2006), também, argumentam, que o investigador da história do povo deve, de certa maneira, saber o que está procurando, pois assim, poderá reconhecer o que procura, e ajustar à suas hipóteses. A história local pode ser uma alternativa de abordagem pedagógica, possibilitando ao aluno, contextualizar suas experiências de vida individual,

relacionando-as com à coletividade. Contribui ainda para, desenvolver sua identidade, ao mesmo tempo, em que é motivado para a disciplina escolar, que na forma tradicional, pouco interesse desperta, pois está distante da realidade dos discentes. Conseqüentemente a abordagem nos moldes tradicionais, torna a história local não significativa para o aluno:

Pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas (BITTENCOURT, 2004, p. 169).

Apesar das dificuldades, são muitas as possibilidades oferecidas com o trabalho da história regional ou local, como destaca Amado:

[...] o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade (AMADO, 1990, p. 12-13).

A autora, ainda destaca, outras vantagens com a historiografia regional, como por exemplo à capacidade de apresentar o concreto e o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social.

O desafio de romper com o ensino tradicional, metódico e positivista, que nos dias de hoje, ainda permeiam o ensino de História é muito grande. Torna-se necessário, uma reflexão sobre as novas correntes filosóficas, para o ensino de História, bem como, uma revisão no procedimento metodológico da disciplina, cujo objetivo central é a formação do pensamento histórico. Esta nova concepção histórica, tendo como ponto de partida a realidade do aluno e a investigação histórica, pode contribuir para atingir este objetivo, pois o educando torna-se partícipe do processo ensino-aprendizagem, na medida em que, sua história e sua comunidade são valorizadas.

2.2 Modernização Agrícola

O conceito de modernização da agricultura é debatido entre diversos estudiosos como sendo um processo que alterou, profundamente, não só os meios de produção, mas, também, provocou mudanças sociais, econômicas e ambientais.

Graziano Neto entende modernização agrícola como:

[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente (GRAZIANO NETO, 1982, p. 27).

O autor ainda defende que, a modernização da agricultura não foi somente o aumento de máquinas e insumos agrícolas. São as repercussões sociais desta modernização que merecem destaque, tanto que:

Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais a assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais (NETO, 1982, p 26).

Hobsbawm (1982), analisou as transformações no campo a partir de meados do século XIX, especialmente, na França e Inglaterra:

As convulsões sociais que sucederam a transferência da agricultura para um modelo capitalista, ou pelo menos comercialização em grande escala, fizeram com que os homens perdessem os laços tradicionais com a terra de seus ancestrais, especialmente quando estes descobriram que não ganhavam praticamente nada dela, ou pelo menos muito pouco para manterem suas famílias (HOBSBAWM, 1982, p. 188).

Para o autor, em virtude do avanço do capitalismo na agricultura moderna, está ocorrendo uma grande “debandada da terra”.

A Inglaterra foi a pioneira no processo de transformação capitalista do campo, o modelo econômico adotado se expandiu pelo mundo.

Linhares e Silva (1999) apontam para três movimentos deste processo: a unificação e extensão das áreas cultivadas, a adoção de técnicas progressivamente mais intensivas de cultivo e a extinção gradual dos pequenos lavradores independentes. A consequência mais evidente foi, principalmente, a expropriação do

campesinato, que formou um contingente de mão-de-obra disponível para abastecer a demanda que a Revolução Industrial necessitava.

2.2.1 Modernização agrícola no Brasil

As transformações no campesinato decorrentes do capitalismo, não aconteceram de forma homogênea no tempo e no espaço. Atendeu as especificidades de cada região ou período. Ianni (2004) defende que, no Brasil, a época subdivide-se ou diversifica-se em cana, algodão, café, gado e assim por diante, compreendendo distintas modalidades de organização e dinamização do capital.

A estrutura fundiária com predominância em grandes latifúndios, hegemonia agrário-exportadora e à monocultura adotada no período colonial, permaneceu inalterada até o início do século XX. Somente na década de 30, diante dos desafios da crise de 29 e o seu impacto sobre a economia brasileira, é que afetou o comércio internacional do café, conseqüentemente surgiram projetos para alterar o modelo vigente.

Getúlio Vargas inicia um programa de reformas com forte intervenção do Estado na economia, inclusive, na agricultura. Um dos mecanismos de controle era a expansão de fronteiras, que se consolidou no Estado Novo, através da política conhecida como “Marcha para o oeste”.²

Pela primeira vez no Brasil, um governo se declarava claramente contrário à hegemonia agrário-exportadora e à monocultura, criticando a dependência externa do país e sua vinculação com o capitalismo mundial. O impacto da crise de 29 sobre o Brasil, desvalorização do café – produto básico das exportações – mostrou que todo o país poderia afundar junto com a monocultura. Assim cabia lutar pela autonomia, na época dizia-se autarquia, da economia brasileira; neste sentido, a agricultura desempenharia funções básicas: abastecer a população, financiar as importações, baratear o preço da produção industrial nascente, ocupar território e gerar empregos. Como levar uma agricultura rotineira e atrasada a preencher tais papéis? Eis aí o miolo da questão agrária que nascia (LINHARES; SILVA, 1999, p. 126).

Durante a década de 50, com o processo de industrialização em desenvolvimento, a economia brasileira assume características capitalistas. Com a

² A **Marcha para o Oeste** foi criada pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, que organizou um plano para que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas. Esse movimento ficou conhecido como Marcha para o Oeste. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_para_o_Oeste>. Acesso em: 20/10/09.

instalação de indústrias de base e indústrias de insumos agrícolas, o país tinha o suporte necessário para realizar a modernização na agricultura.

Desta forma, a partir da década de 60, o Brasil já não era um país essencialmente agrário. Inicia-se o período denominado de modernização da agricultura, que tem como marco inicial o período denominado de revolução verde³.

À partir da década de 70, a agricultura brasileira se moldava ao capitalismo. Müller (1989) afirma que, as agroindústrias cresceram como consumidoras dos produtos da agropecuária, ao tempo em que se remodelavam; surgiram novas agroindústrias, de grande porte, ligadas ao exigente mercado internacional.

As mudanças não atingiram, somente, a base técnica, mas, também, econômica e social da agricultura, provocando profundas transformações no meio rural brasileiro. No entanto, se por um lado, este processo gerou aumento da produtividade, por outro provocou a exclusão social de milhares de trabalhadores, que não se beneficiaram do processo de modernização agrícola:

O importante a reter é que a agricultura brasileira [...] sofreu um processo de transformação tecnológica profundo, sem que tenha ocorrido qualquer modificação na estrutura agrária, conservando e agravando o padrão injusto de distribuição da posse da terra (NETO, 1982, p 50).

Os dados informados na tabela confirmam a posição do autor:

Tabela 1 – Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários – Brasil – 70/2006

Dados Estrut.	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Estabelecimentos	4 924 019	4 993 252	5 159 851	5 801 809	4 859 865	5 204 130
Menos DE 10 ha	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.064.822	2.402.374	2.477.071
10 a menos de 100 ha	1.934.392	1.898.949	4.614.793	2.160.340	1.916.487	1.971.577
100 a menos de 1000 ha	414.746	446.170	488.521	517.431	469.964	424.906
1000 ha e mais	36.874	41.468	47.841	50.411	49.358	46.911
Pessoal Ocupado	17 582 089	20 345 692	21 163 735	23 394 919	17 930 890	16 414 728

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006

³ **Revolução verde** refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70. O modelo se baseia na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Também são creditados à revolução verde o uso extensivo de tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde>. Acesso em: 20/10/09.

Observamos que em 1985, o Brasil tinha 5.801.809 estabelecimentos agrícolas⁴, sendo que em 2006 o censo registra 5.204.130. Verificamos que a concentração de terras permanece inalterada no período, sendo que a partir de 1985 existe uma tendência em agravar a situação.

Em relação ao pessoal ocupado, notamos que a partir de 1986 aproximadamente 6,9 milhões de pessoas deixaram as atividades agropecuárias. De acordo com o pesquisador Eduardo Paulon Girardi, em dados apresentados no Atlas da Questão Agrária Brasileira, no período de 1988 a 2006 foram realizadas 7.230 assentamentos, beneficiando cerca de 800 famílias. Os dados nos apontam que, enquanto a modernização avança rapidamente, gerando exclusão, o projeto de reforma agrária está na contra mão do processo.

2.2.2 O Norte do Paraná

A agricultura paranaense passou por mudanças significativas ao longo da década de 70. Neste período, a cafeicultura entrou em declínio em virtude dos problemas que afetaram o mercado internacional, pela falta de incentivo governamental e grandes geadas que afetavam as plantações. No norte do Paraná⁵, o café foi substituído por lavouras como soja e cana-de-açúcar. O historiador Tomazi (1997), divide a região que convencionamos chamar de “Norte do Paraná” em três regiões menores:

Norte Velho: [...] compreende a região de Jacarezinho, Bandeirantes e Cambará [...] dominante a grande propriedade, como ocorria em São Paulo e Minas Gerais, donde proveio a maioria de seus colonizadores. Norte Novo: [...] é aqui que se localizam as cidades de Londrina, Maringá e Apucarana, [...] a maior mancha de terras roxas inteiramente cultivadas [...].Norte Novíssimo: [...] situam-se as cidades a oeste de Maringá até as barrancas do rio Paraná [...] (TOMAZI, 1997).

⁴ O IBGE define estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda constituindo-se assim numa unidade recenseável. (IBGE, 2006).

⁵ A região comumente chamada norte do Paraná pode ser definida como a soma territorial dos vales muito férteis formados pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, no arco que esses dois cursos d'água traçam entre as cidades de Cambará e Guaíra (CMNP, 1975).

Até o início da década de 30, esta região era considerada um imenso “vazio demográfico”. Mota (2005), afirma que essa ideia foi arquitetada e divulgada por muitos que pensaram a região: geógrafos, historiadores, sociólogos, representantes da burocracia estatal e dos órgãos colonizadores [...]. Analisando as obras que trataram da colonização da região, o autor concluiu:

Todas partiram do pressuposto do vazio demográfico ocupado pela colonização da região a partir dos anos 30 do século XX com a chegada das companhias colonizadoras. Essa história contrasta com um outro passado que mostra a presença de populações tradicionais em todas as regiões do Paraná [...] (MOTA, 2005, p 75, 81).

Dando continuidade ao processo de (re)ocupação, Getúlio Vargas colocou em prática seu projeto para a agricultura brasileira, que consistia, essencialmente, em um desenvolvimento contínuo e auto-sustentável.

Tomazi (1997) analisa que a (re)ocupação ocorre no contexto de uma integração ao capitalismo consolidado no exterior e ao lançamento dos seus fundamentos no Brasil. Para o historiador, o acesso à terra não se dá somente por questões políticas, mas também, questões econômicas vigentes.

Feitas estas considerações, entendemos de forma mais elucidativa o processo de (re) ocupação da região norte do Paraná. Reforçando esse processo, Carvalho (2008) aponta três movimentos importantes para se compreender o desenvolvimento planejado dessa região:

a) o investimento do governo em planejar o processo de colonização, subvencionando áreas ou transmitindo às empresas privadas para loteamento; b) a crise do café em São Paulo, a superprodução e a queda dos preços fizeram com que o governo daquele estado passasse a regular o número de área plantada; c) a acumulação interna do capital, colonos e fazendeiros dos estados de São Paulo e Minas Gerais (em menor número), encontraram no estado do Paraná terras “virgens” e propícias ao cultivo de café sem restrições de plantação e puderam empregar seu capital em aquisição de terras (CARVALHO, 2008, p. 48).

As concessões feitas pelo governo se iniciaram no período republicano. Estas medidas se alinham aos interesses das empresas privadas que viram no loteamento de terras, uma atividade altamente lucrativa. O governo efetua várias concessões de terras devolutas à particulares:

Com advento da República, o Estado passou a ter o domínio sobre o que considerava terras devolutas. No caso paranaense, o norte, o oeste e sudoeste do Estado foram considerados terras devolutas pertencentes ao Estado, que as cedeu, através de concessões, para grandes companhias colonizadoras. Essas companhias promoveram a ocupação da região em um ritmo acelerado jamais visto em sua história: em menos de trinta anos tudo estava desmatado e ocupado com vilas, cidades e grandes plantações de café (MOTA, 2005, p. 69).

Priori (2000) destaca que a mais importante das concessões foi realizada com a holding inglesa Paraná Plantation Limited, com sede em Londres, e que passava a operar no Brasil, sobretudo com negócios de terras. Mais tarde essa holding criou a empresa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). Esta Companhia iniciou suas atividades em 1929, organizando o projeto de colonização do norte do Paraná.

A CTNP realizou uma intensa propaganda, no Brasil e no exterior, reforçando a ideia de Terra de Promissão, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades iguais de enriquecimento para aqueles que quisessem nela trabalhar (LINHARES; SILVA, 1999). O historiador Nelson Tomazi, pesquisando sobre a atuação da CTNP, analisa a concepção ideológica que estava oculta, desmistificando a estratégia publicitária. Afirma que a empresa procurou ocultar, esconder os verdadeiros objetivos de sua ação, que era obter lucros o mais rápido possível.

Priori (2000) ressalta que durante o período em que atuou como empresa de colonização, a CPNT organizou e revendeu 515 mil alqueires de terras, no mais ambicioso projeto de colonização do centro sul do país. Para Tomazi (1997), esta companhia participou da (re)ocupação de 20% do território da região norte. Milhares de trabalhadores foram atraídos para a região, vindos da região nordeste, dos estados de São Paulo e Minas Gerais, além de imigrantes europeus e asiáticos.

Na área adquirida pela empresa, existiam muitos posseiros, grileiros, e safristas, portadores de títulos inválidos, que de uma hora para outra viram-se transformados em invasores (ARIAS NETO, 2008). A historiografia existente sobre o assunto, informa que para garantir a posse da terra, a CTNP comprou novamente todos os títulos. Fato questionado por Nelson Tomazi (1997), pois segundo o historiador, existem fortes indícios de uso de violência para remover ou sanear as terras ocupadas, como também, não existem registros do tratamento dado aos índios que viviam na região.

Os lotes vendidos podiam variar de 5 à 25 alqueires. Arias Neto (2008) relata que neste período houve uma estratégia de coação econômica aos pequenos proprietários, através da ausência de créditos agrícolas, cujo objetivo era viabilizar o projeto da CTNP:

Não dispondo de capitais além do empregado na aquisição de seu lote, o pequeno proprietário utiliza-se do trabalho de toda sua família para sobreviver. Desse modo ele transforma a floresta em campo cultivado, incorporando trabalho à terra, gerando a valorização de toda a área Norte do Paraná [...] (ARIAS NETO, 2008, p. 43).

Nesse sentido, para o autor a propaganda ideológica feita pela companhia, da “Terra de Promissão”, não vinculou a ideia da cultura cafeeira na região, ao contrário; foi na ideia de que “nesta terra, em se plantando tudo dá”.

Somente com a consolidação do Estado Novo e a política de “Marcha para o Oeste” é que a “Terra de Promissão” foi substituída pela ideologia de “Eldorado”. Se no Norte do Paraná não havia minas de ouro, seria possível transformar a fertilidade da terra em ouro. Para Tomazi (1997), o Eldorado é apenas uma fantasmagoria, um discurso que procura silenciar elementos da (re)ocupação: como p. ex. a violência e a exclusão.

A partir desse momento, vinculou-se a cultura cafeeira e, também, a algodoeira, como o “ouro da terra”. Tomazi (1997), ressalta ainda que a cafeicultura era extremamente importante, mas não era só ela que definia a região em estudo nesse momento.

Na década de 40, a região de Londrina tornou-se a maior produtora de café do Estado, chegando mais tarde a produzir 60% do total nacional. No final da década de 50, o estado do Paraná liderava a produção no Brasil, sendo que toda produção era escoada através do porto de Santos pela Estrada de Ferro São Paulo-Paraná (WACHOWICZ, 2002).

Neste período de prosperidade na cafeicultura, a população paranaense estava distribuída da seguinte forma:

Tabela 2 – População Paranaense entre as Décadas de 50 e 70

Ano	População Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
1950	2.115.547	528.288	1.587.259
1960	4.277.573	1.327.982	2.949.781

1970	6.929.868	2.504.378	4.425.490
-------------	-----------	-----------	-----------

Fonte: IBGE.

Até meados da década de sessenta, o café foi a principal atividade agrícola na região, mas a expansão da cultura que promoveu uma rápida (re)ocupação da região, também, trouxe problemas.

Ao realizar uma análise da situação, Tomazi (1997), afirma que a cultura trouxe riqueza e a prosperidade para alguns, em pouco tempo, significou a saturação do mercado, a lotação de cafés de baixa qualidade nos armazéns, a baixa dos preços internacionais e a pobreza para muitos.

Stolcke (1986), analisou de forma notável, a cafeicultura brasileira no período de 1850 até 1980. Para esta autora, vários fatores levaram à substituição desta cultura. Em sua análise ressalta que o fim do colonato, e a adoção do Estatuto do Trabalhador Rural contribuíram para a substituição da cultura cafeeira. Se a lei contemplava aos trabalhadores permanentes, mas deixava sem proteção os trabalhadores eventuais, a forma encontrada de evadir à lei era a de transformar os primeiros em eventuais (STOLCKE, 1986). A autora destaca, que neste período, muitos cafeicultores optaram por novos usos da sua terra, tal como a pecuária ou outras culturas temporárias altamente mecanizadas que precisavam de pouca mão-de-obra.

Além disso, a cafeicultura paulista desde o fim da década de 50, atravessava uma crise na exportação, aumentando o estoque e rebaixando os preços. Para tentar superar a crise, o governo adotou uma política de erradicação dos cafezais, incentivou a substituição por outras culturas e a modernização da agricultura. Para tanto, o governo disponibiliza créditos bancários para subsidiar as novas culturas.

Somado a esses fatores, a geada de 75 agravou a situação da cafeicultura, possibilitando uma diversificação da agricultura. Tomazi (1997) afirma que a geada significou, simbolicamente, a “pá de cal” na cafeicultura paranaense.

No período em que sucedeu a grande geada, o café continuou tendo importância na representação econômica do Estado. No entanto, passa a dividir o espaço que tinha, anteriormente, com outras culturas como: soja, algodão, trigo e pecuária bovina. Assim podemos explicar esta nova fase na agricultura:

Com a política de diversificação da agricultura e o incentivo para utilização de implementos e insumos agrícolas de base industrial (máquinas, adubos e

sementes), expandia-se, significativamente, o processo de industrialização da agricultura, transformando-a, gradativamente, em um ramo daquela. Modificava-se a base da acumulação do capital e impunha. Além do mais, era necessário ampliar a oferta de alimentos nos grandes centros urbanos-industriais brasileiros, para rebaixar o custo da força do trabalho, e a cafeicultura não permitia isso (TOMAZI, 1997, p. 234).

Com base nas considerações feitas até aqui, podemos traçar um panorama resumido do impacto dessa modernização na mesorregião noroeste do Paraná. Esta região sofreu severas mudanças em sua estrutura fundiária e organização de seu espaço, em virtude do processo de modernização do campo e da erradicação do café. Essas transformações se tornaram mais evidentes, à partir da década de 70 e a agricultura passa por mudanças, para atender aos interesses do mercado, em busca de lucratividade.

A tabela ilustra a situação referente à utilização das terras na mesorregião paranaense-áreas em hectares no período de 1970 à 1996.

Tabela 3 – Utilização de Terras na Mesorregião Noroeste

	1970	1975	1980	1985	1996
Lavoura permanente	421.993	391.135	335.493	235.580	64.402
Lavoura temporária	315.399	224.425	202.513	286.439	305.933
Área de pastagem	999.537	1.430.917	1.580.322	1.594.475	1.663.748

Fonte: IBGE – Org. CARVALHO, J. F., 2008.

A região libera grande número de camponeses, pequenos proprietários, arrendatários e meeiros. Esses trabalhadores tiravam da terra seu sustento, bem como produziam gêneros alimentícios de primeira necessidade, tiveram sérias dificuldades, haja vista, que os subsídios governamentais que deram impulso ao processo de modernização no país, privilegiaram os grandes proprietários.

Silva (1981) afirma que, a transformação capitalista da agricultura brasileira tem que estar referenciada à política do Estado, que sem sombra de dúvida, tem criado mecanismos que favorecem a capitalização da grande propriedade.

Os grandes proprietários tinham mais facilidade em obter créditos agrícolas, uma vez que, tem a terra como garantia dos financiamentos. Ocorre é que as avaliações realizadas sobre a política de crédito rural, enquanto instrumento de modernização, indicam que grande parte desses recursos foram investidos pelas

grandes propriedades em reserva de valor, principalmente, na compra de mais terras (SILVA, 1981).

De acordo com estudos feitos por Rudá Ricci, sobre o destino dos subsídios agrícolas, concluiu que:

[...] O crédito rural realmente financiou a modernização de produtos de exportação, típicos de explorações extensivas: o crédito, inicialmente aplicado para culturas como arroz e feijão, se deslocou gradativamente, para áreas de plantio de cana e soja. Entre 1973-1974 e 1974-1986, enquanto a produção de feijão, arroz, mandioca, batata e trigo – produtos da cesta básica- cresceu 12%, a produção de soja, algodão, laranja, cacau, café e cana-de-açúcar cresceu em 140% (RICCI, 1999, p. 121).

Segundo pesquisas recentes realizada pelo IPARDES com agricultores que participaram de programas governamentais no Paraná, considerados na categoria de agricultura familiar, o diagnóstico indica que a maioria desses agricultores dependem de outras fontes não agrícolas para sobreviver. Os dados demonstram a situação de pobreza dos pequenos produtores agrícolas, que ainda são a maioria no Paraná.

Das 1500 famílias pesquisadas, em 34,6% a renda familiar mensal per capita era de até ½ salário mínimo e em 46,1% delas era até 1 salário mínimo, englobando rendas da produção, de salários, de serviços, previdenciários ou outras fontes. Fica evidente que o processo de modernização na agricultura agravou a situação dos pequenos agricultores:

A pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação à grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham de modo a compensar essa situação desfavorável. Aumenta-se assim, na mesma proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra, o prolongamento da jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Isso não resulta num melhor nível de consumo da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível. Definindo-se por uma situação de extrema pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação que está submetido (SILVA, 1997, p. 38).

Além do rearranjo em sua estrutura fundiária e produtiva, a mesorregião noroeste vem transformando a organização social e técnica das forças produtivas com a expansão da agroindústria açucareira.

Desde a criação do Proálcool⁶ em 1975, que previa investimentos significativos, o setor encontrou condições para sua expansão.

O discurso do presidente Lula evidencia o apoio governamental para o setor sucroalcooleiro:

"Os usineiros de cana, que há dez anos eram tidos como se fossem os bandidos do agronegócio neste país, estão virando heróis nacionais e mundiais, porque todo mundo está de olho no álcool. E por quê? Porque têm políticas sérias. E têm políticas sérias porque quando a gente quer ganhar o mercado externo, nós temos que ser mais sérios, porque nós temos que garantir para eles o atendimento ao suprimento", afirmou o presidente, ao discursar durante evento na cidade de Mineiros (GO) (Disponível em: <ww1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml>. Acesso em: 10/08/09).

Os incentivos governamentais foram fundamentais para a expansão deste setor no Paraná, conforme podemos analisar os dados da tabela:

Tabela 4 – Histórico de Produção de cana-de-açúcar no Paraná

Safras	Área de Cana (hectares)	Cana Moída Toneladas	Açúcar Toneladas	Anidro	Álcool (em m ³) Hidratado	Total
90/91		10.862.957	221.113	47.491	579.588	627.079
95/96	236.511	18.596.119	555.842	99.099	979.613	1.078.712
00/01	293.633	19.416.206	996.542	262.429	536.839	799.268
05/06	363.843	24.809.178	1.503.421	347.368	692.463	1.039.831
08/09	555.563	44.818.850	2.437.058	432.775	.617.787	2.050.562

Fonte: Alcopar.

De acordo com Carvalho (2008), a agroindústria canavieira continua expandindo seus negócios. Ocupa regiões de lavoura permanente no norte do Paraná, uma vez que a produção de álcool no Paraná, está diretamente ligada a modernização da agricultura. De acordo com levantamento feito pela CONAB, a safra de 2009 será 10% maior que 2008. O aumento da produtividade é explicada em razão da melhor distribuição de chuvas nas regiões produtoras e da ampliação da área plantada, que atingirá 7,74 milhões de hectares.

Mesmo com o aumento da produção, a atividade canavieira corresponde à aproximadamente 2% das terras agricultáveis do estado e está presente principalmente, nas regiões do noroeste do estado.

⁶O **Pró-Álcool** ou **Programa Nacional do Álcool** foi um programa de substituição em larga escala dos combustíveis veiculares derivados de petróleo por álcool, financiado pelo governo do Brasil a partir de 1975 devido a crise do petróleo em 1973 e mais agravante depois da crise de 1979. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%B3-%C3%A1lcool>>. Acesso em: 20/10/09.

2.2.3 Município de Tapejara

O município de Tapejara localiza-se na região Noroeste do Paraná, entre dois rios Piquiri e Ivaí na Bacia do Rio Paraná, à 549 km da capital. Faz parte da Micro-região 11, cujos municípios são membros da AMERIOS (Associação dos Municípios da Região de Entre Rios). Com uma área de 653,4Km² e população de, aproximadamente, 15.000 habitantes.

Essa cidade, foi Distrito de Cruzeiro do Oeste até 11 de Abril de 1964, com o processo de colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, outras empresas imobiliárias são atraídas para a região. No município foi significativa a participação da Companhia Imobiliária Tapejara, que no ano de 1949 iniciou à venda de lotes.

Até meados da década de 70, a principal atividade econômica era o café. Com o declínio desta cultura houve uma substituição por pastagens e um crescente avanço da cana-de-açúcar. A cultura canavieira tem sua expansão garantida pelo processo de mecanização, inovações tecnológicas e subsídios governamentais.

Estas mudanças geraram profundas alterações na dinâmica populacional e na estrutura fundiária, diminuindo o número de pequenas propriedades.

A produção de cana-de-açúcar foi incentivada em virtude da fundação de uma Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Tapejara Ltda. A cooperativa foi fundada por um grupo de agricultores incentivados pelo Programa Nacional do Alcool – Proálcool (1975), criado pelo governo federal com o objetivo de evitar o aumento da dependência de divisas externas e atender às necessidades do consumo, interno e externo, de combustíveis automotivos. A ideia da cooperativa surgiu como alternativa econômica, uma vez que, o café já estava em declínio na região.

A empresa manteve suas atividades, até que o programa deixou de receber atenção do governo e o setor sucroalcooleiro passou por dificuldades. Nesse contexto o grupo Santa Terezinha, com sede no Distrito de Iguatemi, município de Maringá desde 1964, expandiu seus negócios com apoio de bancos governamentais, como informa seu site, ou seja,

na segunda metade dos anos 80, algumas destilarias de produtores de álcool implantadas com elevados percentuais de financiamento, se encontravam paralisadas por problemas técnicos e financeiros. Naquela oportunidade, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE induziu e apoiou o GRUPO SANTA TEREZINHA para adquirir, sanear e colocar em produção duas dessas destilarias de álcool (USAÇÚCAR, 2008).

As destilarias citadas referem-se a aquisição da COVAPI – Cooperativa Agrícola dos produtores de Cana do Vale do Pirapó Ltda, no município de Paranacity (1987) e da COTAL – Cooperativa Agrícola dos produtores de cana de Tapejara Ltda. (1989) que passou a operar com a razão social de Destilaria Julina S.A.

A usina local pertence ao grupo Santa Terezinha, sendo que representa a quarta companhia sucroalcooleira do país e o maior grupo do setor no Paraná, contando com 8 unidades em funcionamento no estado: Paranacity, Tapejara, São Tomé, Ivaté, Rondon, Cidade Gaúcha, Terra Rica, Iguatemi e em Santo Antônio do Caiuá está em desenvolvimento a nona unidade do grupo.

O processo de modernização no município, aqui entendido pelo avanço dos canaviais tem seus prós e contras, uma vez que, poucos desfrutam de seus benefícios. A monocultura é acompanhada de concentração fundiária, conforme os dados apresentados a seguir:

Tabela 5 – Estabelecimentos Agropecuários de 1970 a 2006

Censos	1970	1975	1980	1985	1998	2006
Estabelecimentos	1.713	1.004	864	842	528	439

Fonte: IBGE.

Tabela 6 – Evolução dos Grupos de Área no Município entre 1970 à 1985

Censos	menos que 1	1 menos que 2	2 menos que 5	5 menos que 10	10 menos que 20	20 menos que 50	50 menos que 100
70	27	433	906	258	43	5	1
75	4	8	213	334	203	86	24
80	3	12	124	183	186	148	71
85	2	13	125	184	166	156	48

Fonte: IBGE.

As tabelas revelam a gravidade da situação. Os pequenos agricultores são despropiados de suas terras e de seus meios de produção. A tabela abaixo indica o decréscimo de número de tratores utilizados nas propriedades agrícolas no país, no Estado e no município no período de 1970 à 2006:

Tabela 7 – Número de Tratores no Município, no Estado e no País entre as décadas de 70 a 2006

	1970	1975	1980	1985	1998	2006
Brasil	165 870	323 113	545 205	665 280	803 742	788 053
Paraná	18.619	52.498	81.727	101.346	121.827	111.038
Tapejara	33	102	166	202	160	86

Fonte: IBGE.

Em relação aos tratores utilizados na agricultura brasileira, a partir da década de 70, Girardi analisa:

Em 2006 apenas 9,9% dos estabelecimentos agropecuários possuíam trator. Para os EUA, em 2002, esta porcentagem era de 89,3%, sendo que 33,1% dos estabelecimentos possuíam dois ou três tratores. Na França, em 2000, os estabelecimentos agropecuários com tratores representavam 84% do total.[...]. Mesmo que os tratores sejam mais numerosos no Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a proporção de estabelecimentos com tratores ainda é pequena. Por ser um indicador básico de tecnologia no campo, a partir dos dados sobre tratores nos estabelecimentos agropecuários é possível conjecturar sobre a intensidade de outros tipos de tecnologia e serviços no campo brasileiro, que provavelmente é ainda menos comum (GIRARDI, **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/agropecuaria.htm#tratores> acesso em 10/09/09).

Fica evidente que a tecnologia a serviço da agricultura tem privilegiado uma minoria. A crise do setor, nas últimas décadas, tem atingido, principalmente, os pequenos proprietários, que não conseguem quitar suas dívidas, muito menos, investir em tecnologia. Os dados informados sobre tratores confirmam esta posição, pois, à partir da década de 90, verificamos um decréscimo no número de tratores utilizados no campo.

No município de Tapejara, enquanto observamos a redução do número de tratores de pequenos e médios produtores, evidenciamos o aumento do número de máquinas da empresa sucroalcooleira. Enquanto os estabelecimentos agrícolas do município contam com, apenas, 86 tratores, a empresa tem atualmente aproximadamente 150 máquinas, distribuídas entre tratores e colhedoras de tecnologia avançada.

Graziano Neto analisa a situação de exclusão diante do processo de modernização:

Um resultado dessa política agrícola que favorece os grandes capitais é a concentração de terra, provocando o êxodo rural e agravando a crise urbana, com o aumento da marginalidade, da miséria e a violência. O incrível número de subempregados e desempregados existentes nas grandes capitais é o espelho da crueldade do modelo capitalista brasileiro e sua expansão na agricultura <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/agropecuaria.htm#tratores> acesso em 10/09/09

A tabela sobre a população tapejareense ratifica a posição do autor:

Tabela 8 – População do Município de Tapejara no Período de 1960 à 2007

População	1.960	1.970	1.980	1.991	2.000	2.007
Urbana	1.197	3.565	5.460	8.119	10.233	12.594
Rural	6.260	18.655	7.323	3.933	2.435	1.904
Total	7.457	22.220	12.782	12.052	12.668	14.498

Fonte: IBGE.

Podemos observar que na década de 70, havia uma população de 22.220 habitantes, sendo que 85% vivia no campo. À partir da década de 80, houve uma redução de aproximadamente 50% em virtude do declínio dos cafezais e do novo modelo agrícola implantado. Os postos de trabalho disponíveis na cidade não conseguiram absorver a mão-de-obra expulsa do campo.

2.3 Implementação na Escola

Em abril de 2009 fizemos a intervenção na Escola Estadual Paula Ketty Olivero – CEEBJA. (Tapejara- PR), essa implementação foi realizada em uma turma de alunos adultos do ensino fundamental.

O objetivo era investigar, como a história local pode contribuir de forma eficaz, para a formação de uma consciência histórica dos alunos.

Rüsen define o que é consciência histórica:

[...] se entende por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal do mundo e de si mesmos de forma que possam se orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (RÜSEN, 2001, p 58).

A temática foi a História local e regional: o impacto socioeconômico da cana-de-açúcar no município de Tapejara, a abordagem ocorreu através de três unidades: a) “Modernização agrícola: o norte do Paraná”, b) “Modernização agrícola e a situação dos trabalhadores: o caso dos cortadores de cana”, c) “O sindicato do Trabalhador Rural: representação de classe”.

Em cada unidade realizamos uma inserção na História do município, relacionando as mudanças ocorridas com o contexto da região norte do Paraná sem perder de vista, o contexto nacional e mundial. Fonseca (2003) afirma que a formação da consciência histórica pressupõe a compreensão do “eu” no “mundo”, do “uni-verso”, unidade da diversidade, como dinâmica, movimento, transformação, história.

Ao trazer a temática regional, salientamos a necessidade de ampliarmos os objetos de estudo para conhecer melhor a História do país, pois partimos da premissa que, quando o aluno visualizar a história local e contextualizá-la com as mudanças nacionais e mundiais, então teremos um aluno crítico e questionador, capaz de alavancar as mudanças sociais necessárias.

Para a implementação pedagógica na escola, buscamos auxílio nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica, que se aproxima-se da matriz disciplinar de Rüsen, proposto nas Diretrizes Curriculares do Paraná.

Entre os fundamentos dessa matriz estão as carências de orientação da vida prática humana no tempo. De acordo com Rüsen (2001), o pensamento histórico se desenvolve a partir da necessidade de resolução de problemas de orientação no tempo. Para elaborar a consciência histórica o indivíduo utiliza-se de operações mentais, que dependem da capacidade de pensar historicamente, e como consequência, adquire o conhecimento histórico. Para Gasparin (2002), ao final do trabalho de um conteúdo, o aluno mostra as intenções e predisposições de pôr em prática o novo conhecimento.

Ao iniciar o trabalho de cada unidade proposta, realizamos uma sondagem para observar os conhecimentos prévios dos alunos, para então propor a problematização.

Ao final do trabalho, convidamos o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, para que os alunos pudessem esclarecer algumas dúvidas sobre os acordos coletivos entre funcionários e a empresa sucroalcooleira local. Foi um momento muito importante, pois alguns alunos são funcionários da empresa e

tiveram a oportunidade de fazer algumas reivindicações pertinentes. Evidenciamos neste momento que, os alunos se mostravam mais críticos e questionadores, superando, um certo receio, demonstrado no início do trabalho em lutar pelos seus direitos.

De modo geral, os alunos participaram, ativamente, das discussões, pois tratava-se de um tema de sua realidade, que pôde ser analisado a partir de um contexto mais amplo. Ao final, produziram narrativas sobre o tema e demonstraram interesse em buscar mais conhecimento sobre o assunto abordado.

3.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou evidenciar, que o ensino de História pode ser muito mais prazeroso, se o ponto de partida do processo metodológico for a prática social dos alunos.

È importante relacionar as experiências de vida dos discentes com experiências de outros sujeitos, dando um sentido coletivo ao vivido por eles. Esta relação deve ser estabelecida nos diferentes espaços e tempos (HORN *et al*, 2006).

Através da temática sobre o impacto da modernização agrícola, no município de Tapejara, os educandos relacionaram suas experiências e conseguiram estabelecer relações da problemática com um contexto regional mais abrangente. Ao privilegiar o tempo vivido pelo aluno, foi possível estabelecer relações com outros tempos e espaços.

A proposta de ensino de História, partindo da realidade dos alunos está presente nas Diretrizes Curriculares para o ensino de História do Paraná. Como evidenciamos até aqui, pode ser uma metodologia em que vislumbre construir o conhecimento histórico, possibilitando desenvolver a autonomia necessária, para melhor compreender a realidade e construir a cidadania necessária, para atuar na sociedade, de forma consciente.

4.0 REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos. **A república em migalhas**: história regional e local. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990.
- ARIAS NETO, José M. **O Eldorado**: representações da política de Londrina. 2.ed. Londrina: EDUEL, 2008
- BARROS, José D' Assunção. **O campo da história**: especificidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BITTENCOURT, Maria Circe. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, Josiane Fernandes. **Os assalariados rurais e a agroindústria canavieira na mesorregião noroeste paranaense; temas sobre o território e modernização da agricultura**. 2008. Dissertação de mestrado. UEM, Paraná.
- COMPANHIA NORTE DE MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná, Publicação Comemorativa do Cinqüentenário da Cia. Melhoramentos do Norte do Paraná. São Paulo: Ave Maria, 1975.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. História local: conceitos e preconceitos. In: MORELI, AILTON José (Org.). **Introdução ao estudo de história**. Maringá: EDUEM, 2005, p. 45-58.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981. 210 p. (Economia & Planejamento. Série "Teses e Pesquisas").
- HORN, Geraldo Balduino; GERMINARI, Geyso Dongley. **O ensino de história e seu currículo**: teoria e método. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

----- **A Era do Capital – 1848-1875.** Tradução de Luciano C. Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3º edição, 1982.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

LINHARES, M, Y.; SILVA, E. C. da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná: ocupação e relações interculturais.** Maringá: EDUEM, 2005.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de história.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

----- **Lei 13.381, de 18 de dezembro de 2001.** Torna obrigatório, no ensino fundamental e médio da rede pública estadual de ensino, conteúdos da disciplina história do Paraná. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, n. 6134, 18 de dezembro de 2001.

PRIORI, Ângelo A. História regional e local: métodos e fontes. In: **Pós-História.** São Paulo: [S.l.], 1994, p. 182-183.

----- **A Revolta camponesa de porcatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952).** (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista. Assis, SP. 2000

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil.** Campinas, SP: UNICAMP, 1999.

RÜSEN, Jörn. **Historia viva: teoria história: formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

----- **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica; tradução de Estevão de Rezende Martins.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2001.

SHIMITD, Maria Auxiliadora; Cainelli, Marlene. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, José G. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. São Paulo: Zahar, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, UNICAMP. 1997.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo : Brasiliense. 1986.

TOMAZI, Nelson D. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. (Tese de Doutorado). Curitiba: UFPR. 1997.

VOLPATO, Elisângela e AMARO, Hudson S. Fontes orais e história local. In: AMARO, Hudson S. *et al.* (Org). **História**: metodologia do ensino. Maringá: EDUEM, 2005.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10.ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

Sites consultados:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários 1970 e 2006**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10/09/09.

GIRARDI. E. Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/agropecuaria.htm#tratores> acesso em 10/09/09

USAÇÚCAR. **Ciclo de expansão**. Disponível em: <<http://www.usacucar.com.br/portugues/historia/index.htm>>. Acesso em: 13/06/2008.

Historico de produção Paraná. Disponível em: http://www.alcopar.org.br/estatisticas/hist_prod_pr.php. Acesso em: 08/09/2009

Marcha para o Oeste. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha para o Oeste](http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_para_o_Oeste). Acesso em: 20/10/09

Revolução Verde. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde. Acesso em: 20/10/09.

Próalcool. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pr%C3%B3-%C3%A1lcool> Acesso em 20/10/09.

Presidente Lula chama usineiros de heróis. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u90477.shtml> . Acesso em 10/08/09.